

Imprensa negra: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros.

José Antônio dos Santos – UFRGS

O Brasil deixou de ser um caso peculiar ou original no campo das relações raciais entre negros e brancos, imagem que se reproduzia desde os anos finais do Império e início da República, que mostrava o país isento de problemas com a discriminação e o preconceito. No âmbito dos estudos sobre relações raciais, o nosso país longe de ser um paraíso, apresenta uma série de características comuns com os demais países da América Latina, o que já foi sobejamente demonstrado nos trabalhos de história comparada¹. A grosso modo, podemos reduzir aquelas características comuns em dois pontos centrais: o primeiro - é o ideal do *branqueamento* que foi desenvolvido como projeto nacional por meio de políticas de povoamento, imigração europeia e pelo incentivo à miscigenação; o segundo - é a ideologia da harmonia e tolerância racial. Nos dois aspectos a categoria *raça*, do ponto de vista biológico, como era entendido na época, serviu de base para a representação – (re)construção da realidade – hierarquizada das sociedades.

No Brasil as ideologias do *branqueamento* e da tolerância racial foram levadas à cabo como políticas de Estado no final do século XIX, seguindo as propostas dos abolicionistas envolvidos nas discussões sobre o fim do trabalho escravo e preocupações com a formação do *povo* e da *nação* brasileira. A constituição do *povo brasileiro* foi reduzida às *três raças* – branco/português, negro/africano e índio/autóctone – onde a primeira assumiu caráter hegemônico sobre as demais. A noção de *raça*, socialmente construída, ainda hoje fundamenta a hierarquia social da cor e exerce impacto concreto sobre as pessoas. Na análise das relações raciais é necessário não apenas discutir e entender os novos estudos sobre cultura e etnia, mas, sobretudo, usar *raça* como ferramenta analítica levando em conta quatro aspectos: 1) buscar reconhecer o peso real e efetivo que teve e

¹ HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

tem a idéia de raça na sociedade brasileira, em termos de legitimar desigualdades de tratamento e de oportunidades; 2) reafirmar o caráter fictício de tal construção em termos físicos, psíquicos e biológicos – aquela idéia ultrapassada da hierarquia entre as raças; 3) identificar o conteúdo racial das classes sociais brasileiras; 4) verificar como foi acionada, entre a população brasileira, a categoria raça². Entendemos que bem mais do que negar a existência de raças biológicas, referindo-se a tal idéia entre aspas ou caracterizando-a como coisa do passado, precisamos identificar e nomear a sua utilização contemporânea para esconder diferenças no acesso à cidadania. A distância entre a representação proposta - democracia racial e igualdade de direitos - e a realidade é muito grande. Os brasileiros de descendência africana estiveram expostos a inúmeras desvantagens que foram transmitidas de uma geração para outra de forma cumulativa.

Na década de cinquenta o intelectual negro, Guerreiro Ramos, dizia: “O negro é povo no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica.”³ Envolvido na ação social do *Teatro Experimental do Negro*, Guerreiro propunha um outro olhar, um ângulo de estudos que visse o *negro desde dentro*. Os jornais, livros e artigos que escreveram os poetas, teatrólogos, jornalistas, militantes, sociólogos e lideranças negras, ainda são, na maioria das vezes, relegados ao ostracismo como *sub, marginal, de má qualidade* ou são considerados a opinião de uma minoria letrada⁴. No bojo do protagonismo negro contemporâneo, o *pensamento social negro brasileiro* está sendo lentamente incorporado ao debate sobre a formação da nacionalidade⁵. *A imprensa negra* é fonte privilegiada para o estudo do pensamento social e político negro

² Nesse sentido, ver: NASCIMENTO, Elisa L. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003. GUIMARÃES, Antonio S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

³ Ramos, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Edição da UFRJ, 1995. p. 200

⁴ O desconhecimento e desvalorização das obras de autores negros como Luís Gama, João da Cruz e Sousa, Abdias Nascimento, Solano Trindade, Lima Barreto, Clóvis Moura, Oliveira Silveira, Carolina Maria de Jesus, Joel Rufino, só para citar alguns dos *ilustres desconhecidos*, se reproduz por toda a sociedade. Ver: FILHO, Domício P. A trajetória do negro na literatura brasileira. *Estudos Avançados*, vol. 18, n. 50, São Paulo, 2004.

⁵ GUIMARÃES, Antonio S. Alfredo. Intelectuais negros e formas de integração nacional. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 18, n. 50, 2004; HANCHARD, Michael G. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo, 1945-1988*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

brasileiro, uma vez que os jornais foram publicados em várias partes do país e representaram as idéias e aspirações das principais lideranças daquele expressivo contingente populacional⁶.

A *imprensa negra* é aqui entendida como o conjunto dos jornais que foram publicados, a partir do século XIX, com a intenção de criar meios de comunicação, educação e protesto para os leitores aos quais se dirigia. Contudo a variedade de orientação política, estratégias de luta, tiragem e duração, em geral, aqueles periódicos tinham objetivos muito aproximados. Ao perseguir as datas festivas de aniversários, casamentos, batizados, festas e bailes, também os anúncios de morte e doenças, artigos assinados e reportagens, temos um quadro aproximado dos comportamentos, anseios, esperanças e reivindicações daquelas pessoas. O protesto contra o preconceito racial e a marginalização social, poesia, teatro, música, conselhos e *fofocas* que tinham o objetivo de indicar regras morais e de comportamento, bem como juízos afirmativos de uma identidade negra, tudo isso e muito mais se pode vislumbrar nessa *imprensa*⁷. A idéia central que definiu a *imprensa negra* como meio de comunicação e protesto para o *povo negro* chegou até as décadas de oitenta e noventa do século XX, não sem levar em consideração que se esgotaram os *discursos reivindicativos e pedagógicos, as preocupações com ordenamento familiar e formação profissional*⁸.

Conforme definido, podemos questionar se os jornais cariocas *O Homem de Cor*, *O Mulato*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Meia Cara*, publicados entre 1833 e 1867, conforme caracterizados nos seus próprios títulos, são os primórdios da *imprensa negra* brasileira. Por um lado entendemos que não, pois se compararmos com a *imprensa negra*

⁶ SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n. 2, 2003, pp. 215-235.

⁷ GARCIA, Marinalda. *Os arcanos da cidadania: a imprensa negra paulista nos primórdios do século XX*. São Paulo, FFLCH USP, 1997 (dissertação de mestrado).

⁸ Sodré trabalhou com os pequenos jornais que, segundo ele, refletiam as *linhas ideológicas e emocionais* do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial no final do século passado. SODRÉ, Muniz. Sobre imprensa negra. *Lumina – Facom/UFJF*, vol. 1, n. 1, p. 23-32, jul./dez., 1998.

norte americana que teve como pioneiro a publicação do *Freedom's Journal*⁹ em 1827, eles se mostravam preocupados com a liberdade dos seus *irmãos de cor* escravizados. No nosso caso, os jornais tangenciavam a questão dos escravos e investiam no problema da falta de acesso para alguns privilegiados aos postos mais elevados no serviço público da capital. Os *homens de cor* ou *mulatos livres* na ordem escravista, criaram, pode-se dizer, uma *imprensa mulata* e levantaram a bandeira da discriminação racial para defenderem os seus direitos, fosse por convicção, oportunismo ou interesse político partidário¹⁰. Naquele ambiente escravista, portanto, desigual, eles reivindicavam a *igualdade de todas as raças* buscando o ingresso de um pequeno grupo ao *status* de cidadãos e assumiam a condição diferenciada - *homem de cor* - como um meio de se distinguirem dos escravos ou negros. Ou seja, era um anti-racismo liberal preocupado com seus próprios interesses e que, de certa forma, ajudava a manter a hierarquia social e a hegemonia etno-racial.

Por outro lado, pode-se dizer que aqueles pequenos periódicos foram os primórdios da *imprensa negra* brasileira, porque a construção e o reforço de laços identitários está associado, entre outros aspectos, ao processo de mobilidade social de negros e mulatos. Ao criarem seus meios de comunicação buscavam a distinção, o prestígio e a inserção social permitida naquele momento. Ao tê-las bloqueadas pela sociedade racista, alguns despertaram para a ascendência africana e às dificuldades comuns aos *homens de cor* passando a defender seus interesses. Ao contrário do que geralmente se noticia, muitos negros que ascenderam socialmente continuaram na defesa ou despertaram para as *questões da raça*. As trajetórias de Aristides Barbosa, Francisco Lucrécio, Antonio Baobab, Luiz Gama¹¹, Rodolfo Xavier¹², Espiridião Calixto e, principalmente, de Francisco de Paula Brito¹³, fundador d'*O Homem de Cor*, nos permitem constatar essa afirmação.

⁹ *Quilombo*. Rio de Janeiro, maio de 1949, no. 2, p. 5

¹⁰ CASTRO, Jeanne Berrence. A imprensa mulata. *O Estado de São Paulo*, Suplemento, 02 novembro de 1968.

¹¹ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp / Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

Os jornais do pós-abolição que reconhecemos como *imprensa negra*, tinham um escopo, interesse temático e circulação muito mais amplo, discutiam a *questão do mulato* enquanto um problema que atingia todos, entendiam que o *estigma da cor preta ou parda* era reflexo da ignorância da sociedade em que viviam. A sociedade branca repudiava todos eles enquanto indivíduos sem *instrução*, não enquanto *homens de cor* ou *pardos*. A afirmação da *raça*, realizada pelas principais lideranças, ao contrário das teorias científicas que hierarquizavam e dividiam a humanidade em grupos, era acionada como um instrumento político que buscava unir todos - negros e mulatos. O objetivo era terem acesso aos principais códigos de comunicação e comportamento da elite, forma que encontraram para uma maior aceitação e vida em sociedade. O que passou a caracterizar a *instrução* como o principal meio de disputa no mercado de trabalho, possibilidade de integração racial, ascensão social e conquista de direitos para aquela população¹⁴.

Aceitar os modos de ser, vestir e comportar da *raça dominante*, por um lado, pode ser entendido como uma forma de *embranquecimento*, por outro, como uma estratégia de luta ou a inserção de um cavalo de Tróia-negro no interior da fortaleza grega-branca. Não devemos esquecer que a aceitação de valores brancos, pode mudar o comportamento e até os espaços de circulação dos negros, mas não muda a sua cor/raça, principal atributo de identificação. A trajetória histórica, matriz cultural e experiências em comunidade ou os *signos da origem* é que identificam a raça e são alvo da discriminação, independentes de posses, posturas educadas e bem comportadas, muitos deles no correr da vida se deram conta disso.

¹² As trajetórias de Rodolfo Xavier, Antonio Baobab e outros, podem ser acompanhadas em: SANTOS, José Antônio dos. *Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora Universitária, 2003.

¹³ Francisco de Paula Brito, filho de carpinteiro, foi autodidata, tradutor, jornalista e editor carioca famoso. Espiridião Calixto, era barbeiro, no seu local de trabalho foi fundado *O Exemplo* (Porto Alegre, 1892-1930). Foi liderança da comunidade negra da capital gaúcha e escritor em vários jornais.

¹⁴ O tema da instrução/educação foi por nós abordado em: SANTOS, José Antônio dos. Instrução e educação na história dos trabalhadores brasileiros: o caso dos afro-descendentes. *Jornadas de História do Trabalho*, Pelotas, 06 a 09 de novembro de 2002. Definimos que *instrução* era um termo abrangente que abarcava além do saber ler e escrever, principalmente, a capacidade de saber fazer, ou seja, ser um trabalhador especializado.

Aspecto marcante da cultura afro-brasileira é o seu caráter agregador. A noção de *território negro* traz consigo a idéia de convívio, reunião, onde a liberdade de movimentos aproxima os corpos e se mostra plena, no centro do processo comunicativo – civilizador - da cultura negra¹⁵. Desde a formação dos quilombos, caixas de alforria, irmandades religiosas e confrarias, corporações e comunidades de terreiro, entidades carnavalescas e beneficentes, clubes de recreação e educação, as comunidades negras sempre se organizaram visando à integração na nação que se formava. O *espírito associativo do negro brasileiro* que, serviu de título para artigo de Artur Ramos em 1938, ou o negro *antes de tudo um organizador*¹⁶, constituiu forma perene de resistência e integração ao longo de toda a história brasileira.

O jornal *O Exemplo* (Porto Alegre, 1892-1930) fazia constar no primeiro número ser “Propriedade de uma Associação” que, na sua grande maioria era, formada por Irmãos da Nossa Senhora do Rosário com trajetórias de organização social que, iam, no mínimo, até a década de 1870¹⁷. A influência do catolicismo na cultura negra reforçou o caráter gregário afro-brasileiro, que nos parece, já era parte do *ethos* africano. As sociedades mutualistas ou de socorros mútuos, reconhecidas pela historiografia como os primórdios da organização operária nas décadas iniciais da República, tinham objetivos muito aproximados com as irmandades religiosas e ordens terceiras do século anterior¹⁸. O atendimento nas doenças, o auxílio financeiro nas dificuldades e nas cerimônias fúnebres dos sócios, eram comuns nas irmandades e nas mutuais. O ingresso em ambas representava reconhecimento social, possibilidades de contatos e tentativas de contornar os preconceitos raciais e sociais. Próximas no tempo e, em algumas cidades, contemporâneas, as irmandades negras

¹⁵ Esse estudo traz leitura original das formas de resistência expressas na religiosidade e nos costumes da cultura afro-brasileira. SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

¹⁶ SANTOS, Joel Rufino dos. *A questão do negro na sala de aula*. São Paulo: Ed. Ática, 1990. p. 34

¹⁷ Foram fundados, por negros porto-alegrenses, setenta e dois clubes e sociedades no período pesquisado por: MULLER, Liane S. *As contas do meu rosário são balas de artilharia: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre, 1889-1920*. Porto Alegre: IFCH/PUCRS, 1999. (Dissertação de mestrado em história)

¹⁸ Nesse sentido, ver: QUINTÃO, Antonia A. *Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

representavam a *classe dos homens de cor*, as mutuais a classe operária em formação. As duas formas de organização social tiveram sempre a presença destacada da etnia negra e foram, muitas vezes, freqüentadas pelas mesmas pessoas e coexistentes no mesmo tempo e espaço que os sindicatos¹⁹.

O processo de industrialização e urbanização que se instaurou no final do século XIX e início do XX exigiu de toda a sociedade brasileira novas formas de organização. Entre os afro-brasileiros houve o aumento significativo da fundação e circulação de periódicos da "imprensa alternativa negra"²⁰ em São Paulo e Rio de Janeiro²¹, Paraná (Curitiba, *União* – 1948), Minas Gerais (Uberlândia, *A Raça* – 1935) e Rio Grande do Sul (Pelotas, *A Cruzada* – 1905; Santana do Livramento, *A Navalha* – 1931; Bagé, *A Revolta* 1925; Rio Grande, *A Hora* 1917-1934 e Pelotas, *A Alvorada* 1907-1965). Por meio desses periódicos, sabemos que houve um relativo incremento da organização e participação social em todos os sentidos, inclusive de uma maior sindicalização entre os negros.

A *imprensa negra* da mesma forma que os jornais operários faziam apelos pela moralidade, condenavam o alcoolismo e a indolência, mas geralmente, identificavam inimigos diferentes. As lideranças operárias organizavam as massas contra a burguesia e o capital, as negras, se voltavam à favor da integração social e igualdade racial. Boa parte dos líderes negros que esposaram ideologias socialistas, anarquistas ou outra qualquer, alheias ou contrárias aos interesses imediatos das massas negras, não tiveram seu apoio por muito tempo. Por exemplo, as propostas divergentes dos jornais paulistas **Clarim da Alvorada**, considerado socialista, e **A Voz da Raça**, *órgão oficial da Frente Negra Brasileira*, que tinha por epígrafe *Deus, Pátria, Raça e Família*, com tendência reconhecidamente integralista e

¹⁹ As sociedades de socorros mútuos resistiram até 1940, tendo mais filiados que os sindicatos. Cf. : SILVA Jr., Adhemar L. da. As sociedades de socorros mútuos e a previdência estatal no Brasil. In: *Anais do VII Encontro Estadual de História – ANPUH/RS*. Pelotas, 19 a 23 de julho de 2004.

²⁰ SISS, Ahyas. *Democracia racial, culturalismo e conflito no imaginário dos não-brancos*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994. (Dissertação de mestrado em Sociologia)

²¹ FERRARA, Míriam N. *A imprensa negra paulista, 1915-1963*. São Paulo: FFLCH-USP, 1991. (Dissertação de mestrado)

monarquista. Muitos daqueles que haviam criado a *Frente Negra Brasileira* em 16 de setembro de 1931, contrariados com a feição carola e fascista que ela assumia, romperam e fundaram a *sociedade político-social* denominada **Frente Negra Brasileira Socialista**²².

Ao contrário da *Frente* original, de caráter católico e assistencialista, a nova *Frente*, adjetivada de *socialista*, tinha como objetivo assumir um papel político mais propositivo e de enfrentamento na solução dos conflitos do mundo do trabalho bandeirante. Naquela sociedade, os europeus haviam sistematicamente substituído os trabalhadores descendentes da senzala, o que levava o *Povo Negro* a firmar posições e criar mecanismos institucionais para defender os seus interesses. A mobilização política e o reforço da identidade negra, principalmente, a partir dos anos vinte, se deram por dentro dos pressupostos da *nacionalidade, harmonia e igualdade racial*, ou seja, a ideologia dominante serviu também como elemento ou suporte estratégico para a defesa dos direitos civis e afirmação étnica. Não foi à toa que a *Frente Negra Brasileira* teve mais de vinte núcleos locais e filiais espalhadas por todo o país, enquanto a *Frente Socialista* deixou pouco registro.

Até o final da primeira metade do século passado os jornais diários se mostravam quase inacessíveis aos escassos recursos da maioria dos negros e pouco dispostos a discutirem seus problemas. Por outro lado, quase todos os grupos étnicos tinham periódicos próprios e a imprensa operária não dispunha de espaço ou interesse em discutir ou divulgar as questões relativas à comunidade afro-brasileira. Nesse sentido, de 1948 a 1950 o jornal *Quilombo, vida, problemas e aspirações do negro*, traz o artigo inaugural *Nós*, do diretor, Abdias do Nascimento, que escreveu: “A discriminação de cor e de raça no Brasil é uma questão de fato”²³. Esse periódico representou um outro momento da *imprensa negra*, sem deixar de lado as reivindicações anteriores, incorporou novos intelectuais, outros

²² BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998. p. 71

²³ *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*. (edição fac-similar números 1 a 10) São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2003.

questionamentos e formas de atuação. Por exemplo, deu espaço especial à participação da mulher negra na busca da organização, via congressos nacionais, das empregadas domésticas e lavadeiras profissionais. A regulamentação do trabalho dessa *classe de obreiras*, em termos de melhores salários, direito à carteira assinada, horário da jornada e sindicalização foi preocupação constante de uma das principais articulistas do jornal – Maria de Lourdes Vale Nascimento²⁴. Aqui temos mais uma questão praticamente intocada na história do trabalho brasileiro, a participação da mulher, principalmente, a negra.

Abdias Nascimento, Aguinaldo Camargo, Geraldo Campos de Oliveira, José Pompílio da Hora, Ruth de Souza e Sebastião Rodrigues Alves são alguns dos fundadores do *Teatro Experimental do Negro* no final de 1944. Quatro anos depois, fundam o jornal *Quilombo* que seria o principal meio de chamada, articulação e divulgação da *Convenção Nacional do Negro Brasileiro*. A *Convenção* teve a participação da *União Nacional dos Homens de Cor*, *A Associação do Negro Brasileiro*, e dezenas de outras organizações, reunidas, em 1945, em São Paulo e, 1946, no Rio de Janeiro. No final, a assembléia votou e lançou um *Manifesto à Nação Brasileira*, dirigido aos *patrícios negros* que deixava explícita a exigência de leis contra o *preconceito de cor e de raça*; a não utilização desse mesmo preconceito para justificar a eliminação dos negros no mercado de trabalho; e a adoção de medidas governamentais visando à elevação econômica, social e cultural dos afro-brasileiros.

Para finalizar, entendemos que a *imprensa negra* não deixa dúvidas sobre a classe trabalhadora brasileira ser originária dos escravos e artesãos de origem africana, desta forma, exigem seu lugar não apenas no mercado de trabalho mas em todas as instâncias da sociedade.

²⁴ Maria de Lourdes Vale Nascimento, aparece em todos os números como *Diretor-Secretário* e assina a coluna *Fala a Mulher*.